

6º Princípio: Cooperação entre cooperativas

As cooperativas servem os seus membros mais eficazmente e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

1. Introdução

Este 6º Princípio é a expressão prática do valor cooperativo da solidariedade. É um princípio que diferencia cooperativas de outras formas de empresa comercial, mesmo de algumas que partilhem os valores das cooperativas, mas sem compromisso com os nossos Valores e Princípios. Compromisso com a cooperação entre cooperativas é a marca de negócio da empresa cooperativa. Porquê? Porque é a mais clara expressão de nosso desejo comum de criar um melhor, mais sustentável e equitativo futuro económico para toda a humanidade.

O 6º Princípio mostra duas dimensões da natureza das cooperativas. A primeira dimensão é que elas são entidades económicas comercializando bens e serviços. A segunda é que elas são entidades sociais de membros que se relacionam positivamente com outras cooperativas na forma como conduzem os negócios. Ao aderirem a uma cooperativa, os membros não só ajudam a construir as suas próprias cooperativas, mas também o movimento cooperativo em geral. Cooperam com outras cooperativas para criar riqueza para o maior número, e não riqueza pessoal para poucos, através da desenfreada concorrência no mercado. Os membros não beneficiam só das ações da sua própria cooperativa, mas do impacto do seu envolvimento cooperativo e comércio com outras cooperativas.

Há uma diferença fundamental entre a cooperação entre cooperativas e as ações de empresas de propriedade de investidores que utilizam fusões e aquisições para concentrar a atividade empresarial, aumentar a quota de mercado e maximizar o retorno sobre o capital empregue. Se algumas grandes cooperativas foram criadas a partir de fusões e aquisições, a abordagem normativa consiste, para as cooperativas, em cooperar entre si em mercados concorrenciais, sob reserva do respeito pelo direito da concorrência, formando grupos cooperativos, cooperativas secundárias e federações, a fim de concretizar a vantagem cooperativa e criar uma riqueza comum em proveito de todos.

Desde os primórdios que as cooperativas reconheceram a necessidade de trabalhar em conjunto. No Reino Unido os primeiros congressos cooperativos tiveram lugar mais de uma década antes de os Pioneiros de Rochdale terem aberto a sua loja em 1844. Em todo o mundo, as cooperativas rapidamente criaram organizações nacionais de cúpula para unir e representar as cooperativas.

Em 1895, a Aliança Cooperativa Internacional foi criada como organização representativa global. A Aliança é hoje a maior organização não-governamental no mundo em termos de filiação e tem alcance significativo, reconhecimento e influência como órgão consultivo formal nas Nações Unidas (ONU), na

Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Organização para a Alimentação e Agricultura da ONU (FAO).

Este 6º Princípio está intimamente associado ao valor cooperativo da solidariedade. As cooperativas estão melhor em conjunto. Ao trabalhar em conjunto, as cooperativas ganham em experiência, escala, e apoio necessário para aumentar a consciencialização, sustentabilidade e impacto, especialmente onde os custos fixos e os recursos puderem ser compartilhados.

O 6º Princípio foi pela primeira vez explicitamente expresso como um dos Princípios Cooperativos no que, na época, foi descrito como uma 'clarificação' dos Princípios no 23º Congresso da Aliança em Viena, em 1966. Esta revisão reconheceu que se uma nova visão da economia cooperativa quisesse ser alcançada, as cooperativas deveriam explicitamente alimentar e apoiar-se umas às outras. O relatório do Congresso de Viena incluiu a seguinte recomendação: *"... pensámos ser importante adicionar um princípio de crescimento através da mútua cooperação entre cooperativas:-*

Todas as organizações cooperativas, a fim de melhor servir os interesses dos seus membros e suas comunidades, devem cooperar ativamente por todas as formas práticas com outras cooperativas a nível local, nacional e internacional".

O relatório prosseguia:

"... Embora os princípios tivessem por origem regras de governo regendo as relações entre membros individuais e deles com as suas cooperativas, a sua aplicação não se confina às cooperativas de base. Elas devem ser observadas lealmente pelas instituições que representam a cooperação entre cooperativas, mais do que entre pessoas individuais.

... A ideia de um sector cooperativo na economia é muito frequentemente um conceito intelectual sem correspondente realidade material, simplesmente por causa da falta de unidade e coesão entre os diferentes ramos do movimento".

O relatório também reconheceu que as cooperativas tinham poucas hipóteses de alcançar o seu potencial quando trabalhavam sozinhas. A ideia e a promessa do movimento cooperativo necessitava de coordenação, cooperação e colaboração entre as cooperativas existentes, e da expansão do modelo de autoajuda mútua a um número cada vez maior de sectores económicos, questões sociais e regiões geográficas. O relatório continuou:

"Se o movimento cooperativo quiser alcançar o seu pleno estatuto, tanto dentro de cada país, como internacionalmente, ... as instituições cooperativas devem, sem reservas, apoiar-se umas às outras".

2. Interpretação de palavras e frases

" As cooperativas servem os seus membros mais eficazmente e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto". Esta declaração reconhece a realidade de que, enquanto as cooperativas podem conseguir muito ao nível local, irão alcançar muito mais se trabalharem em conjunto para criar

economias de escala e construir uma força representativa mútua. Isso requer um equilíbrio difícil de interesses: os benefícios de maior escala para todas as cooperativas, mantendo a independência e o controle democrático pelos membros. É um desafio perene para todas as estruturas cooperativas e um teste ao engenho cooperativo.

" *Trabalhando em conjunto, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais* ". A declaração da primeira metade da frase foi o "porquê"; esta segunda parte o "como". O "como", a forma como as cooperativas trabalham juntas, é através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais. Este 6º Princípio é sobre trabalhar conjuntamente de forma continuada para um mesmo fim, não apenas colaboração ocasional. Colaboração, trabalho similar para um único objetivo definido, ao passo que a cooperação é um compromisso mais intenso e empenhamento de mais longo prazo para alcançar objetivos partilhados.

3. Notas de orientação

COOPERAÇÃO ENTRE COOPERATIVAS, O CONCEITO BÁSICO

O 6º Princípio Cooperativo insta explicitamente à cooperação entre cooperativas. A autoajuda é um dos pilares do movimento cooperativo e a ajuda mútua pela cooperação entre cooperativas é uma parte crucial da expansão do setor empresarial cooperativo da economia, tanto a nível nacional como a nível mundial. A cooperação entre cooperativas irá, por vezes, exigir sacrifício para alcançar os objetivos comuns. Isso pode levantar desafios, por exemplo quando interesses coletivos mútuos substituírem o que pode ser benéfico para uma cooperativa individual num prazo mais curto.

Uma cooperação eficaz exige tempo, recursos e capacidade para resolver problemas. Requer também a aplicação do 2º Princípio democrático: deverão existir processos de tomada de decisão abertos, transparentes, responsáveis, quando as cooperativas trabalham juntas para benefício mútuo. Ao longo da sua história o movimento cooperativo tem alcançado uma eficaz cooperação entre cooperativas através de exemplos específicos, vivos, e da evolução das melhores práticas globais.

CARACTERÍSTICAS CHAVE DA COOPERAÇÃO ENTRE COOPERATIVAS

São características chave para práticas eficazes na cooperação entre cooperativas:

- *Abertura e transparência*: as cooperativas que participam em estruturas cooperativas a nível local, nacional, e internacional respeitam e praticam abertura e transparência nas suas relações umas com as outras.
- *Prestação de contas*: o processo de ação intercooperativo deve ser levado à assembleia geral e aprovado pelos membros da cooperativa; não deveria ser simplesmente uma decisão da direção ou gestão. O relatório anual da

cooperativa deveria incluir um relatório sobre a cooperação intercooperativa e sobre como a cooperativa aplicou este 6º Princípio.

- *Representação*: a tomada de decisão entre empreendimentos de múltiplas cooperativas deve ser equitativa e representativa dos interesses dos membros e da comunidade cooperativa.

- *Flexibilidade*: por natureza, a cooperação envolve incógnitas quando várias partes com múltiplas vozes, experiências e opiniões, se juntam. Um compromisso com a flexibilidade permite que os cooperadores se comprometam, inovem e consigam resultados mais eficazes. Leva as cooperativas de volta às raízes linguísticas do seu nome «cooperativa», que deriva do verbo latino "trabalhar em conjunto". Trabalhar em conjunto exige flexibilidade e a compreensão de que a nenhuma pessoa ou grupo pode ser permitido que domine o processo.

- *Reciprocidade*: efetiva cooperação envolve benefício mútuo. Durante todo o ciclo de vida das cooperativas individuais, há momentos em que precisarão de apoio e outros quando serão capazes de o dar. A reciprocidade é o alicerce da confiança e a confiança mútua a fundação da cooperação. As cooperativas que aderem a este 6º Princípio retribuirão, darão e receberão assistência mútua de outras cooperativas ao longo do tempo.

- *Adesão à Identidade Cooperativa*: isto envolve mais do que apenas ser cooperativa de nome. Significa defender e agir em conformidade com os Valores e Princípios Cooperativos tal como definidos na "Declaração sobre Identidade Cooperativa" da Aliança.

AS ESTRUTURAS FACILITAM A COOPERAÇÃO

Uma cooperação bem sucedida requer estruturação. As cooperativas têm uma longa e bem sucedida história na organização de estruturas locais, nacionais e internacionais de ajuda à cooperação entre cooperativas.

Em todo o movimento cooperativo, formas de organização de acordo com o 6º Princípio variam de acordo com os contextos políticos e económicos em que são criadas. O que continua a ser verdade é a necessidade de infraestruturação do movimento cooperativo para facilitar a ajuda mútua e reciprocidade ao longo do tempo.

Acordos de colaboração para promover interesses comuns com base em projetos informais, precedem muitas vezes o estabelecimento de cooperativas secundárias e organizações de cúpula. Estas colaborações informais contribuem para construir confiança e solidariedade e podem levar à criação de estruturas formais para facilitar a cooperação entre cooperativas.

Redes tendem a ser mais fluidas e são caracterizadas por uma ausência de políticas ou estruturas rígidas, sendo relativamente descentralizadas, embora exista provavelmente alguma estrutura representativa informal a funcionar. Um dos papéis mais importantes que as redes desempenham é o envolver de indivíduos e cooperativas emergentes.

As federações cooperativas tendem a ser mais estruturadas na sua representação, processos de votação, e operação. São muitas vezes são

responsáveis por muitos tipos de trabalho, como o desenvolvimento, a educação, e a advocacia. Criar federações que aproveitam os escassos recursos, ao mesmo tempo que respeitam a identidade dos membros mais pequenos, é fundamental para o pretendido por este 6º Princípio. O 1º Princípio da adesão voluntária e livre, sem discriminação, também se aplica às federações e outras estruturas cooperativas para garantir que elas não operam como cartéis.

As federações cooperativas nacionais e organizações de cúpula nacionais são também vitais para uma estrutura cooperativa de empresa próspera na economia de qualquer nação. Representam cooperativas em todos os setores e níveis e aplicam o 5º Princípio ao promoverem a compreensão da empresa cooperativa pelo público em geral, média, líderes políticos e formadores de opinião. Ajudam também a garantir que as cooperativas são tratadas de forma justa e tão equitativamente como qualquer outra forma de empreendimento comercial na legislação nacional e política fiscal.

O DUPLO FOCO DAS ESTRUTURAS INTERCOOPERATIVAS

Tipicamente, as estruturas que as cooperativas constroem entre si concentram-se num ou dois tipos de atividades. Tendem a concentrar-se, ou na dimensão económica das cooperativas, para negociar bens e serviços, tal como o comércio Coop2Coop, ou na dimensão social e política unindo forças para fins de trabalho em rede e promoção de interesses partilhados. A dimensão social e política das estruturas intercooperativas é frequentemente o quadro no ou pelo qual as relações económicas e estruturas são construídas. Estas duas dimensões são evidentes em muitas estruturas intercooperativas aos níveis local, regional, nacional e internacional.

As cooperativas com um forte compromisso ideológico com este 6º Princípio percebem que comprometer tempo e recursos aos esforços cooperativos gera potencial para conseguir melhores resultados, quer para as cooperativas individuais, quer para o movimento mais amplo. Maior esforço é igual a mais resultados positivos.

O PAPEL DAS COOPERATIVAS SECUNDÁRIAS

Nos mercados globalizados e cadeias de abastecimento complexas de hoje, é essencial que as cooperativas de todos os setores trabalhem em conjunto para maximizar a vantagem cooperativa. É particularmente desejável que os pequenos agricultores não só trabalhem em conjunto para criar cooperativas de base/de localidade, mas que essas cooperativas trabalhem em conjunto por intermédio de cooperativas de segundo grau para assegurar melhor acesso aos mercados, marketing e instalações para armazenamento. A criação de organizações secundárias e de cúpula é uma maneira útil para construir organizações de produtores mais fortes.

As cooperativas de segundo grau, que são cooperativas cujos membros são cooperativas de base num determinado setor de negócios, possuem há muito tempo associações, federações e organizações de cúpula para permitir que as cooperativas falem a uma só voz. As cooperativas de segundo grau atuam como

defensoras em nome e em defesa das cooperativas nas suas relações com os governos e reguladores, como lugar de partilha de conhecimentos e recursos, e para apoiar as cooperativas com independência e coletivamente. Através de tais organizações, os produtores são capazes de aumentar o seu poder de negociação nos processos de formulação de políticas a nível local, regional e nacional.

A Organização para a Alimentação e Agricultura da ONU (FAO) é clara sobre as vantagens de as cooperativas agrícolas criarem e trabalharem em cooperativas secundárias. Diz:

*"Através do dispositivo da federação, as cooperativas são capazes de organizar operações comerciais de larga escala a nível nacional - ou mesmo internacional - sem por em causa o controlo democrático das cooperativas de primeiro grau pelos seus próprios membros. A cooperativa secundária pode, por causa do seu maior volume de negócios ou mais ampla base de representação, assumir funções, prestar serviços, ou assumir representações, que só as maiores de entre as cooperativas de primeiro grau poderiam fazer. As cooperativas secundárias são uma forma de integração vertical, proporcionando a oportunidade para economias de escala, possibilidades de desenvolvimento e melhoria da administração."*¹

Formar cooperativas secundárias para fornecer serviços é também uma aplicação benéfica deste 6º Princípio noutros sectores de atividade comercial. Em muitos países, as cooperativas de habitação formaram cooperativas secundárias para fornecer serviços de apoio em gestão profissional, serviços de construção e manutenção de edifícios, serviços de educação e formação, e consultoria em governança. As caixas de poupança e crédito também criaram cooperativas secundárias de serviços para atingir as economias de escala necessárias à operação de sistemas de TI eficientes e integrados, hoje necessários para a prestação de serviços financeiros. Cooperativas de consumo locais formam cooperativas de segundo grau para comércio por grosso e compras em comum, e criaram joint ventures para aumentar o poder das compras combinadas e instalação de unidades de produção que ultrapassam as fronteiras nacionais.

O PAPEL VITAL DA ALIANÇA: A ESTRUTURA FINAL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A fundação da Aliança, em Londres, Inglaterra, em 1895, como associação representativa de todas as empresas cooperativas é um exemplo global deste 6º Princípio fundamental da Cooperação entre Cooperativas. Todas as cooperativas, em todos os países do mundo, devem valorar e exercer o direito de participar como membros na Aliança Cooperativa Internacional.

A Aliança é a maior organização democrática no mundo assente em membros. A Aliança tem estatuto consultivo no Conselho Económico e Social das Nações Unidas e estatuto consultivo geral na OIT, este remontando à década de 1940. A Aliança também assinou um Memorando de Entendimento com a Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas. O alcance global da

Aliança e suas organizações regionais promove e constrói amizade e respeito entre cooperativas de diferentes nações e culturas. As suas organizações setoriais globais e comités temáticos permitem aos membros partilhar conhecimentos e experiências específicas em determinado tipo de negócios cooperativos, e aumentar o apoio e assistência mútuas, enquanto o apoio nacional, regional e global intersectorial ajuda a construir o setor cooperativo da economia mundial.

Como organização representativa global oficialmente reconhecida, reconhecida especialmente através das disposições da Recomendação 193 da OIT, a Aliança também tem o poder de interceder em favor dos movimentos cooperativos nos países em que eles são ameaçados por governos que carecem de compreensão sobre os princípios nos quais a empresa cooperativa é baseada, poder que a Aliança utiliza de forma eficaz.

Este 6º Princípio serve de exortação para que todas as cooperativas apoiem a Aliança através da adesão como membros plenos ou associados, para participarem nas suas assembleias gerais, organizações regionais e setoriais, e para assegurar que a Aliança tenha os recursos adequados, pagando diretamente de livre vontade as quotas de filiação, ou através da sua filiação em organizações de cúpula ou membros federados. O valor da Aliança nunca deve ser subestimado.

DESAFIOS COMUNS ENCONTRADOS NA APLICAÇÃO DESTES 6º PRINCÍPIO

A Cooperação entre cooperativas envolve muitos dos desafios que as cooperativas individuais enfrentam, embora numa escala diferente. A necessidade da cooperação entre cooperativas é sinónimo da necessidade de as cooperativas em primeiro lugar: satisfazerem as necessidades comuns através de associação democrática. Adotar estratégias que melhorem as relações dentro das cooperativas individuais também pode contribuir para melhorar as relações entre cooperativas. Ao melhorar as relações internas os membros tornam-se menos insulares e desenvolvem a capacidade de olhar para fora, para além das necessidades e aspirações próprias da sua cooperativa.

O USO DA NOSSA IDENTIDADE COOPERATIVA COMUM

A aplicação prática do 6º Princípio inclui transmitir ao mundo a nossa identidade cooperativa partilhada, através do uso da Marca Cooperativa internacional para publicitar a empresa cooperativa, e do uso do nome do domínio .Coop para a presença cooperativa on-line. O uso da Marca cooperativa em combinação com o domínio .Coop que identifica uma empresa cooperativa é uma excelente forma de encorajar os membros e outros a negociar com uma cooperativa por claramente ficar patente a sua identidade. Desenvolver diretórios de empresas cooperativas, criar e participar em campanhas locais, realizar eventos regionais que promovam cooperativas de diferentes setores de atividade e organizar a compra partilhada de materiais promocionais cooperativos ajuda também a identificar e promover as empresas cooperativas.

Um sentido mais forte de identidade coletiva pode ser usado para elevar o perfil das cooperativas como geradoras de riqueza e modelo líder de desenvolvimento económico sustentável.

POSICIONAR AS COOPERATIVAS ESTRATEGICAMENTE

Embora cada cooperativa cresça num ambiente económico, político e social específico, a aplicação deste 6º Princípio permite-lhes alcançar um posicionamento estratégico de liderança como modelo de negócios, demonstrando orgulhosamente que são instituições democráticas, líderes em participação de interessados e em facilitar o envolvimento genuíno da comunidade.

Cooperativas maiores ou grupos cooperativos devem ter um maior interesse no empenhamento intercooperativo e em estabelecer ligações com pequenas cooperativas, cooperativas mais novas ou em diferentes estádios de desenvolvimento. Isso é de benefício mútuo para a sustentabilidade da comunidade cooperativa e para demonstrar a diversidade e adaptabilidade da abordagem cooperativa ao negócio.

Construir uma sustentável e forte economia cooperativa é a razão que faz mover muitas pessoas no século XXI em muitos países na opção por lançar negócios cooperativos. As cooperativas oferecem um modelo de empoderamento baseado na autoajuda e confiança mútua; contraste forte com a consolidação de riqueza e de poder nas mãos de um pequeno número de investidores ricos que tem caracterizado a economia global há décadas. A Cooperação entre cooperativas é fundamental para criar uma economia em que a produção e distribuição de bens e serviços é realizada no espírito de ajuda mútua e nos melhores interesses de todas as comunidades que as cooperativas servem.

COOPERAÇÃO FINANCEIRA ENTRE COOPERATIVAS

A cooperação financeira entre cooperativas pode fornecer uma fonte essencial de capital. Trabalhar numa federação permite que cooperativas menores ganhem poder e recursos e participem nos benefícios da investigação e desenvolvimento. A cooperação financeira entre cooperativas acabadas de arrancar ou em dificuldades e cooperativas maiores ou bem estabelecidas pode ser um caminho único para alavancar recursos de capital que seriam difíceis de obter de outras fontes, e investir parte do seu excedente de volta na economia cooperativa, em vez de empreendimentos não cooperativos. Em alguns países, as cooperativas têm criado com sucesso fundos de solidariedade projetados para partilhar recursos financeiros entre as cooperativas. Através desta aplicação do 6º Princípio, as cooperativas novas e mais pequenas recebem o necessário apoio financeiro e assistência técnica, enquanto as maiores cooperativas ganham o benefício de ver um retorno social sobre o seu investimento para lá de um retorno de capital justo onde isso for necessário, através da crescente força e diversidade da economia cooperativa.

O apoio financeiro e a assistência das cooperativas estabelecidas às novas cooperativas, através de subvenções ou empréstimos a juros reduzidos a nível

do país ou internacional é um aspeto importante da aplicação deste 6º Princípio. A assistência técnica também, sob a forma apoio à gestão comercial, educação e formação, e do destacamento de pessoal experiente e líderes, é uma expressão importante deste 6º Princípio e uma expressão de solidariedade cooperativa internacional quando ocorre entre novas e emergentes cooperativas de economias desenvolvidas e em desenvolvimento. Quando as cooperativas escolhem ativamente reinvestir recursos financeiros em cooperativas emergentes ou existentes, esses ciclos de geração de riqueza são amplificados e reforçados.

COMÉRCIO COOP2COOP

Construir e fortalecer a economia cooperativa é também potenciado pela criação de parcerias e relações comerciais entre cooperativas em qualquer escala, da local à global. Uma cooperação económica forte a todos os níveis facilita a sustentabilidade e o crescimento do movimento cooperativo.

Comércio cooperativa a cooperativa ou Coop2Coop é a mais direta expressão económica deste 6º Princípio. Acontece quando as empresas cooperativas colaboram numa indústria ou setor económico, muitas vezes através de federações setoriais, para alcançar objetivos económicos partilhados. O comércio Coop2Coop inclui contratos conjuntos em cadeia com outras cooperativas para compras e abastecimentos, o que beneficia, quer a cooperativa fornecedora, quer a compradora.

Exemplos bem-sucedidos de comércio Coop2Coop são as relações entre cooperativas agrícolas e de consumo em países como o Japão e o papel das cooperativas no desenvolvimento do movimento do Comércio Justo. A ênfase na construção de relacionamentos e desenvolvimento de cadeias de aprovisionamento entre cooperativas de aprovisionamento e de consumo do Norte e cooperativas de agricultores e de produtores do Sul teve um impacto poderoso no aumento da quota de mercado de bens de primeira necessidade produzidos por cooperativas. Com isso se melhora o meio de vida dos agricultores cooperativos e possibilita um maior desenvolvimento social mediante a aplicação do prémio do Comércio Justo.

COOPERAÇÃO TRANSVERSAL EM DIFERENTES SETORES DE ATIVIDADE COMERCIAL COOPERATIVA

A cooperação transversal acontece de forma semelhante por meio da compra de produtos e serviços a outras cooperativas, da promoção cruzada e marketing conjunto, de programas partilhados de educação e formação cooperativa para membros e empregados. Esta cooperação intersectorial também ocorre quando as cooperativas fornecem a outras cooperativas apoio ao desenvolvimento cooperativo, financeiro e em espécie, e quando as cooperativas optam intencionalmente por fazer negócios com outra cooperativa de fora do seu setor. Por exemplo, uma cooperativa agrícola ou de habitação pode optar por uma parceria com uma caixa de poupança e crédito ou banco cooperativo para empréstimos e serviços financeiros.

Quando as cooperativas trabalham em conjunto com outros movimentos sociais, como o movimento do Comércio Justo ou do movimento sindical, a cooperação passa a envolver entidades de fora do movimento cooperativo. Este trabalho de amplo alcance com pessoas organizadas fora do movimento cooperativo atual é uma forma essencial para que a forma cooperativa de empresa continue a ser pertinente e descubra novas oportunidades de inovação e crescimento. Trabalhar com outras empresas da economia social e instituições caritativas pode ser uma forma de aumentar a atividade empresarial cooperativa e fortalecer e consolidar o mais amplo setor social e solidário da economia.

Setores ou cooperativas individuais podem por vezes estagnar ou sentir frustração dentro do seu contexto local, nacional, ou também no contexto da sua problemática, mas podem inspirar-se nas práticas e trabalho cooperativo noutras partes do mundo e noutros aspetos do trabalho coletivo em prol da justiça global. Embora as cooperativas possam razoavelmente e de forma produtiva expandir os seus negócios para lá do seu país de origem imediata, é particularmente importante que as cooperativas que considerem ter maximizado a sua quota de mercado no seu país de origem, não procurem expandir os seus negócios como cooperativa, ou sob forma de uma empresa subsidiária noutra país, sem qualquer contacto ou consulta com cooperativas locais, mas esses contactos devem respeitar as leis e regulamentos sobre concorrência.

UMA VISÃO PARA OS FUTUROS LÍDERES COOPERATIVOS

Para realizar plenamente na prática este 6º Princípio e construir o movimento cooperativo, as cooperativas devem cooperar umas com outras para apoiar a atual e futura liderança do movimento. Os líderes precisam de visão para se envolverem com outros movimentos progressistas civis na abordagem aos amplos problemas sociais e aumentar a visibilidade das cooperativas de uma forma que demonstre como as cooperativas podem fornecer soluções para os problemas que a sociedade enfrenta. As cooperativas precisam cooperar umas com as outras para desenvolver uma liderança ampla do movimento cooperativo; um precursor para realizar uma maior transformação económica, social e ambiental.

INFLUENCIAR OS GOVERNOS

Ao criar uma plataforma para uma voz coletiva e representativa de uma indústria ou setor, o movimento cooperativo é capaz de estabelecer parcerias estratégicas com o Estado para trabalhar em leis e regulamentos benéficos para as cooperativas, mas que também respeitem a sua autonomia e o direito de controlo democrático pelos membros. Ao evidenciar o sucesso e a necessidade de certas estruturas legislativas, os pedidos de intervenção na área legislativa em causa ganham em credibilidade e substância.

Da mesma forma, trabalhar em coordenação para interagir com o Estado e em torno de questões legislativas, fornece a visibilidade e a plataforma necessária para trabalhar com setores e assuntos não-cooperativos, por exemplo, com os sindicatos e outras organizações do terceiro setor da economia social, tais como empresas sem fins lucrativos, instituições caritativas e outras organizações da

sociedade civil para prosseguir visões, metas e objetivos para uma maior coesão social.

TRANSFORMAR A SOCIEDADE NUM BEM COMUM COOPERATIVO

A premissa do 6º Princípio não é que as cooperativas não podem existir umas sem as outras. As cooperativas pela sua conceção são organismos auto sustentáveis. As cooperativas podem operar e ter sucesso sozinhas, mas só prosperarão e crescerão quando trabalharem para o bem comum cooperativo.

É, talvez, porque cada cooperativa pode fazer muito por si mesma, que as cooperativas não conseguem perceber o quanto mais podem fazer juntas. Este 6º Princípio encarna a característica única do valor da autoajuda mútua, o de que trabalhando juntas as cooperativas podem ser maiores que a soma das partes. As cooperativas que cooperem com outras podem servir os membros mais efetivamente e fortalecer o movimento cooperativo, porque ninguém sozinho é tão capaz, inteligente, ou tão apaixonado como quando todos trabalham juntos.

A aspiração de transformar a sociedade é inerente a este 6º Princípio. O desejo de construir a comunidade cooperativa global está refletida no Plano de Ação para a Década Cooperativa da Aliança, e foi parte da visão defendida pelos Pioneiros de Rochdale e outros pioneiros cooperativos, incluindo Charles Gide na França, e Alfonse e Dorimène Desjardins no Quebec, Canadá. As cooperativas têm o poder provado de serem transformadoras.

O desejo de construir um mundo cooperativo melhor não é exclusividade dos atuais membros cooperativos, mas estende-se a outros movimentos sociais e povos. O movimento cooperativo tem-se, desde a sua fundação, aliado e colaborado com outros movimentos progressistas e populações que trabalham em prol da justiça social e do progresso humano coletivo. Trabalho de campanha comum, combinado com o trabalho económico das cooperativas, contribui para a construção de uma comunidade cooperativa global, que é e sempre será a mais completa manifestação deste 6º Princípio. As cooperativas só podem maximizar o seu impacto através da colaboração prática, rigorosa, umas com as outras.

4. Questões para reflexão futura

DESAFIOS FUTUROS

Os futuros desafios na aplicação deste 6º Princípio da Cooperação entre Cooperativas serão:

- *Equilibrar o diálogo com a ação*: não apenas encontrar-se com outras cooperativas em estruturas regionais, sectoriais ou nacionais para simplesmente falarem umas com as outras, mas planear e tomar medidas para fomentar a economia cooperativa para benefício mútuo. A participação passiva em estruturas intercooperativas pode drenar a energia e ter um impacto negativo sobre outros.

- *Partilha efetiva do poder*: as cooperativas maiores ou com mais recursos vão precisar de garantir que o seu tamanho e influência não dominam e ditam o debate e a ação, mas permitam às cooperativas mais pequenas participar efetivamente no controlo e processo de decisão nas organizações intercooperativas.
- *Transcender barreiras*: barreiras, tais como a localização geográfica, língua, política e divisões religiosas, disparidades no tamanho e escopo organizacional, devem ser discutidas e superadas para garantir um debate e ação efetiva.
- *Trabalhar transversalmente entre setores*: diferentes setores de negócios cooperativos têm histórias diferentes e culturas que necessitam ser compreendidas e valorizadas, se se quiser agir em comum.
- *Consciencialização*: garantir que as cooperativas estão cientes da natureza, diferenças e desafios sociais e económicos que cada uma enfrenta.
- *Comunicação eficaz*: manter uma comunicação regular e eficaz com outras cooperativas é sempre um desafio quando os membros e gestores são confrontados com as pressões de funcionamento diário do negócio cooperativo.
- *Desenvolver um sentimento de propósito partilhado*: as prioridades de uma cooperativa ou de um setor empresarial cooperativo podem não ser as mesmas que a de outros.
- *Avaliação periódica da aplicação do 6º Princípio*: as cooperativas precisam de assegurar os recursos adequados para alcançar os benefícios sociais e económicos da cooperação entre cooperativas. Precisam periodicamente, também, de rever a aplicação deste 6º Princípio e avaliar criticamente o seu empenhamento para garantir que ele é eficaz.
- *Desenvolver um comércio cooperativo global eficaz*: o movimento cooperativo internacional é desafiado pela ausência de um comércio intercooperativo à escala global. Há que considerar o desenvolvimento desse comércio estabelecendo acordos comerciais cooperativos globais ou acordos de parceria.
- *Desenvolver efetivos serviços bancários e sistemas de seguros cooperativos globais*: O movimento cooperativo global deve considerar necessário e desejável criar um banco cooperativo internacional e uma instituição seguradora. Um tal banco cooperativo internacional e uma cooperativa de seguros, impulsionadas pelos Valores e Princípios Cooperativos, poderiam servir o comércio e negócios globais intercooperativos.